



Câmara Municipal

Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 13 de julho de 2026, pelas 14h30

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **PRESIDÊNCIA:**
 - **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE**
- **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:**
 - **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
 - **DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE**
 - **DIVISÃO DE ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:**
 - **DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:**
 - **UNIDADE DE BEM-ESTAR ANIMAL E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**
 - **DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS**
 - **DIVISÃO DE PROJETOS E EMPREITADAS**
- **DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:**
 - **DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
 - **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
- **DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**
 - **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Tomar, 8 de julho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal


Tiago Carrão



Câmara Municipal



Ordem do Dia

Data: 2026-07-13

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

PRESIDÊNCIA:

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:

N.º 01 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (81/PGEN/DAJA/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)

Proposta do Presidente referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 02 – SEMANA DA JUVENTUDE 2026 (9/PPRC/DADJ/2026)

Proposta da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 974/DADJ/2026 relativa à Semana da Juventude, que decorrerá entre 17 e 27 de julho.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 03 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (13/PPRC/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, o despacho que aprovou a celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Federação Portuguesa de Ciclismo, tendo por objeto a organização e execução da chegada da segunda etapa da sexta edição da Volta a Portugal em Bicicleta Feminina, em Tomar, no dia 2 de julho, nos respetivos termos.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 862/DTC/2026, de 28 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 04 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE PORTO DE MENDO (2813/ENTE/DAJA/2026 – 565/DIVER/DGT/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1343/DTC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estabelecimento de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo visando compartilhar, até ao montante máximo de 11.914,17€ (onze mil, novecentos e catorze euros e dezassete cêntimos), a execução dos trabalhos e materiais constantes dos orçamentos apresentados, designadamente projetores LED, placard eletrónico, recuperação/reparação da bancada e cem assentos, nos termos da respetiva minuta, precedida do parecer n.º 114/DAJA/2026 e da informação n.º 12182/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta do Contrato-Programa nos seus exatos termos; Autorizar o Sr. Presidente a outorgar o referido Contrato em sua representação.

DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE:

N.º 05 – COMPROMISSO DE APOIO À INICIATIVA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL "A (TUA)MENTE" - Associação de Saúde Mental do Médio Tejo (3/AEXT/DEISA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da informação n.º 2190/DTC/2026, o investimento social para desenvolvimento da iniciativa A (tua)Mente, submetido pela Associação de Saúde Mental do Médio Tejo ao programa Parcerias para a Inovação Social, até ao montante de 30.495,85€, (trinta mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), nos respetivos termos.

Proposta de Deliberação: atribuir o apoio, nos termos propostos, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, condicionado à aprovação da candidatura ao programa Parcerias para a Inovação Social.

N.º 06 – COMPROMISSO DE APOIO À INICIATIVA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL "VER, FAZER E JOGAR COM A (A)CRESCER" - ACRESCER - Associação de Pais e Amigos das Crianças Com Necessidades Educativas Especiais (38/ESPP/DEISA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da informação n.º 2191/DTC/2026, o investimento social para desenvolvimento da iniciativa Ver, fazer e jogar com a (A)crecer, submetido pela ACRESCER - Associação de Pais e Amigos das Crianças Com Necessidades Educativas Especiais ao programa Parcerias para a Inovação Social, até ao montante máximo de 10.000,00€ (dez mil euros) anuais, num total de 30.000,00€ (trinta mil euros), entre 2026 e 2029, nos respetivos termos.

Proposta de Deliberação: atribuir o apoio, nos termos propostos, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, condicionado à aprovação da candidatura ao programa Parcerias para a Inovação Social.



Câmara Municipal



N.º 07 – INTEGRATIVAMENTE - PROGRAMA DE VOLUNTARIADO JOVEM 2026
(49/PGEN/DEISA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 4 de maio, proposta de ampliação do Programa de Voluntariado Jovem 2026, nos termos e fundamentos da informação n.º 2240/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a abertura de mais 50 vagas para o Programa de Voluntariado Jovem 2026, com colocação preferencial no 2.º turno (27/07/2026 a 14/08/2026) e no 3.º turno (17/08/2026 a 04/09/2026).

DIVISÃO DE ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO:

N.º 08 – FEIRA DE SANTA IRIA 2026 (84/PGEN/GELS/2026 - 2/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 18 de maio, e do despacho n.º 3138/DOM/2026, aspetos inerentes à realização da Feira de Santa Iria, no período de 16 a 25 de outubro, nos termos e fundamentos da informação n.º 407/GELS/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar o aditamento ao procedimento de Atribuição de Espaços de Venda/Exposição na Feira de Santa Iria, através da criação e inclusão de um novo espaço destinado a restauração e bebidas, designado espaço 15-A, e a correspondente planta de implementação da Feira, constante do documento denominado “# 388576 Adenda à planta deliberada a 18 05 2026.pdf”;

Manter em funções o Júri do Procedimento designado por deliberação de Câmara de 29 de junho, mantendo-se a sua composição integral para tutelar a tramitação, análise e validação das candidaturas ao espaço agora aditado, bem como a condução do respetivo ato público de sorteio, se aplicável;

Aprovar o Sorteio Público como critério exclusivo de desempate e atribuição do espaço, a realizar caso seja admitida mais do que uma candidatura concorrente ao lote em apreço.

N.º 09 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – ISENÇÃO DE TAXAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026 (111/PGEN/GELS/2026 - 2/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção da taxa mensal a pagar pelos vendedores permanentes do Mercado Municipal de Tomar, no mês de outubro de 2026, nos termos e fundamentos da informação n.º 2341/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: isenção do pagamento da taxa de ocupação mensal referente ao mês de outubro de 2026 aos vendedores permanentes do Mercado Municipal de Tomar, como medida de compensação pelos constrangimentos decorrentes da ocupação do parque de estacionamento pela Feira de Santa Iria, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal

N.º 10 – FEIRA SEMANAL DE TOMAR – SUSPENSÃO NOS DIAS 16 E 23 DE OUTUBRO DE 2026 E REDUÇÃO DE TAXAS (110/PGEN/GELS/2026 - 2/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a suspensão da Feira Semanal de Tomar nos dias 16 e 23 de outubro, com redução da taxa de ocupação no referido mês, nos termos e fundamentos da informação n.º 2340/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a suspensão da Feira Semanal de Tomar nos dias 16 e 23 de outubro de 2026 em virtude da ocupação do espaço envolvente ao Mercado Municipal pela Feira de Santa Iria;

Redução de 50% da taxa de ocupação de outubro de 2026, como compensação aos vendedores/feirantes afetados pela suspensão, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 11 – FEIRA GROSSISTA DE TOMAR – DESLOCALIZAÇÃO NO PERÍODO DE 12 A 29 DE OUTUBRO DE 2026 E REDUÇÃO DE TAXAS (116/PGEN/GELS/2026 - 2/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a deslocalização da Feira Grossista de Tomar, no período de 12 a 29 de outubro, precedida de auscultação dos vendedores, e redução da taxa mensal devida pelos vendedores da Feira Grossista relativamente ao mês de outubro, nos termos e fundamentos da informação n.º 405/GELS/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a deslocalização temporária da Feira Grossista de Tomar para o parque de estacionamento dos Pavilhões da FAI, na Estrada de Paialvo, durante o período de 12 a 29 de outubro de 2026;

o condicionamento/proibição da circulação e do estacionamento no espaço destinado à realização temporária da Feira Grossista, durante o período indicado, salvaguardando-se as operações inerentes à atividade da Feira Grossista e o acesso de veículos às instalações da FAI e da Tejo Ambiente;

a redução de 50% da taxa mensal de ocupação devida pelos vendedores relativamente ao mês de outubro, como compensação pelos constrangimentos resultantes da deslocalização temporária, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar;

Comunicar a deliberação aos vendedores da Feira Grossista, bem como aos serviços municipais competentes, para efeitos de operacionalização da deslocalização, sinalização, condicionamento de trânsito e demais diligências necessárias.



Câmara Municipal



DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:

DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:

- UNIDADE DE BEM-ESTAR ANIMAL E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA:

N.º 12 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2026 (96/PGEN/GMV/2026)

Proposta do Vereador Samuel Fontes submetendo a apreciação do Executivo Municipal os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de junho, elaborados pela Unidade de Bem-Estar Animal e Fiscalização Sanitária.

Proposta: tomar conhecimento.

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS:

N.º 13 – CEDÊNCIA DE MATERIAIS - Centro Recreativo e Cultural do Coito (2754/ENTE/DAJA/2026 - 1/DIVER/DOM/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência do pedido formulado pelo Centro Recreativo e Cultural do Coito e da informação n.º 5018/DOM/2026, a cedência de materiais para delimitação e melhoramento do terreno da associação, com o custo estimado de 1.263,09€ (mil, duzentos e sessenta e três euros e nove cêntimos), incluindo o IVA.

Proposta de Deliberação: ceder os materiais, nos termos propostos, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DIVISÃO DE PROJETOS E EMPREITADAS:

N.º 14 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA IBM EM TOMAR – receção definitiva (361/EMPR/DOM/2024 - 154/CONPUB/DOM/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 9412/DOM/2025, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto da vistoria para efeitos de receção definitiva dos elementos construtivos estruturais da obra de remodelação de um edifício para instalação do Centro de Inovação e Tecnologia da IBM em Tomar, adjudicada a ALPESO – Construções, SA, pelos fundamentos apresentados.

Proposta de Deliberação: homologar o auto da vistoria para efeitos de receção definitiva dos elementos construtivos estruturais da obra.



Câmara Municipal



N.º 15 – EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR EM MARMELAIS – retificação da lista de preços unitários (191/EMPR/DOM/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2078/DF/2026, precedida do parecer n.º 41/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a substituição da lista de preços unitários do contrato da empreitada de conceção-construção de um edifício para habitação a edificar em Marmela, nos termos propostos pelo empreiteiro e constantes da informação n.º 5672/DOM/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a alteração da lista de preços unitários do contrato, nos termos propostos pelo empreiteiro e constantes da informação n.º 5672/DOM/2026 e ficheiro designado "F25.004 REV. 01 LPU.pdf", porquanto a mesma se destina exclusivamente à correção de lapsos e erros de medição, não implicando qualquer alteração do objeto do contrato nem do respetivo preço contratual.

N.º 16 - EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR EM MARMELAIS - prorrogação do prazo de execução (3991/ENTE/DAJA/2026 - 7/CONPUB/DOM/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência do pedido apresentado pela Fractus Construção Modular limitada, e das informações n.º 6419/DOM/2026 e n.º 6574/DOM/2026, aprovou a prorrogação do prazo de execução da empreitada de conceção-construção de um edifício para habitação a edificar em Marmela até ao dia 30 de agosto, o qual inclui a realização do correspondente auto de receção provisória, e o novo plano de trabalhos da empreitada (Versão 4.01).

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 3091/DOM/2026, de 6 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

N.º 17 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS) EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E TRANSPORTE A QUENTE, PARA O ANO LETIVO 2025/2026 – primeiro adicional ao contrato (62/ESPP/DEISA/2026 - 1/PROGAPED/DEISA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2153/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal serviços complementares ao contrato de fornecimento de refeições escolares (almoços) em regime de confeção local e transporte a quente para o ano letivo 2025/2026, nos respetivos termos e montante, pelos fundamentos apresentados nas informações n.º 1225/DEISA/2026, n.º 1270/DEISA/2026 e n.º 1966/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar os serviços complementares ao contrato de fornecimento de refeições escolares, bem como a respetiva despesa pública, no montante de 16.945,35€ (dezassex mil, novecentos e quarenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar nos mesmos termos e preços unitários do contrato inicial;

Aprovar a minuta do contrato 2026_075 nos seus exatos termos.

N.º 18 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS) EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E TRANSPORTE A QUENTE, PARA O ANO LETIVO 2026/2027 (107/CPUB/DF/2026 - 1/PROGAPED/DEISA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2036/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de contratação da aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares (almoços) em regime de confeção local e transporte a quente para o ano letivo 2026/2027, com o preço base de 894.104,85€ (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 2018/DF/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a realização de um procedimento por consulta prévia, ao abrigo do "Acordo Quadro para Fornecimento de Refeições Escolares_CPCC/02/2025_Lote 4" da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, as peças do procedimento e a realização da despesa correspondente;

Aprovar as entidades a convidar: Eurest Portugal, Lda; Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA, ICA – Indústria e Comércio Alimentar, SA e Rescater – Prestação de Serviços, Lda;

Aprovar a fundamentação da não contratação por lotes;

Designar o júri para condução do procedimento constituído por: Membros efetivos: Sónia Bastos (presidente), Patrícia Gaspar e Sandra Silva; Membros suplentes: Susana Henriques e Natércia Luiz;

Delegar competências no Júri para a condução do procedimento, designadamente no que se refere aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças e à



Câmara Municipal



análise da(s) lista(s) de erros e omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

N.º 19 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Recreativa e Cultural os Quatro Unidos (3868/ENTE/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa de verão, em São Miguel, no período de 28 de junho a 12 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2599/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1089/DAJA/2026, de 27 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 20 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Asseiceira (38/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vice-Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa em honra de Nossa Senhora do Conforto dos Aflitos, em Linhaceira, no período de 26 de junho a 6 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2598/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1085/DAJA/2026, de 27 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 21 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo e Cultural do Coito (40/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual, no Coito, no período de 27 de junho a 8 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2619/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1098/DAJA/2026, de 29 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 22 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Sociedade Instrutiva, Recreativa e Desportiva Vilanovense (32/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa de verão em Vila Nova, no período de 6 a 16 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2603/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1096/DAJA/2026, de 29 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 23 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Motor Rota dos Templários (34/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vice-Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à 10.ª edição do Tuning Show Valdonas, no período de 6 a 20 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2552/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1079/DAJA/2026, de 25 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 24 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Cultural e Recreativo da Torre (41/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa em honra de Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Torre, no período de 6 a 12 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2768/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1134/DAJA/2026, de 6 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 25 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação de Cultura e Recreio de Olalhas (42/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em Olalhas, no período de 10 a 24 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2773/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1141/DAJA/2026, de 7 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 26 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico da Peralva (39/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de autorização para colocação de publicidade alusiva à XXIV Mostra de Artesanato e Folclore, em Peralva, no período de 26 de julho a 9 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 2724/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a publicidade nos termos da referida informação, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º do Regulamento Municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas de Tomar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação.



Câmara Municipal

N.º 27 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Desportivo, Recreativo e Cultural dos Montes (35/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de autorização para colocação de publicidade alusiva à festa em honra de Santa Sofia, em Montes, no período de 3 a 17 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 2622/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a publicidade nos termos da referida informação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação.

N.º 28 – TOMAR CITY RACE 2026 – isenção de taxas (3911/ENTE/DAJA/2026 - 2/DIVER/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão da licença necessária à realização do evento desportivo Tomar City Race, no dia 28 de junho, requerida pelo respetivo promotor, nos termos e fundamentos da informação n.º 2548/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, no valor de 15,05€ (quinze euros e cinco cêntimos), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

N.º 29 – ALTERAÇÃO AO LOTE 18 DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 30/81, SITO NA URBANIZAÇÃO DA BOAVISTA, LINHACEIRA, FREGUESIA DE ASSEICEIRA (402/JUEL/DGT/2026 - 11/LOT/DGT/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 11/LOT/DGT/2024, em que é requerente AS House, Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alteração ao Lote 18 do Alvará de Loteamento n.º 30/81, sito em Urbanização da Boavista, Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, e respetivo aditamento ao alvará, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 11448/DGT/2026 e 11494/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a alteração ao Lote 18 do Alvará de Loteamento n.º 30/1981, e respetivo aditamento ao alvará, com os condicionamentos descritos no ponto 6 da informação n.º 11448/DGT/2026, nos termos do artigo 27.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



Câmara Municipal

2

N.º 30 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – isenção de taxas (206/JUEL/DGT/2023 - 96/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 96/EDIF/DGT/2022, em que é requerente o Centro Cultural e Recreativo do Carvalhal, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas no âmbito do licenciamento para legalização da construção da Capela de Santo Amaro e Santo André do Carvalhal, União das Freguesias de Serra e Junceira, calculadas em 574,79€ (quinhentos e setenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos), pelos fundamentos apresentados na informação n.º 11415/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar, conforme proposto.

N.º 31 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (253/PEDI/DGT/2026 - 435/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 435/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 1524/2013, em que é requerente Carlos Manuel Dionísio António, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da pronúncia do requerente, em sede de audiência prévia à declaração de caducidade, o prosseguimento da regularização da alteração de muro de vedação confinante com via pública, na rua de Santa Isabel, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, nos termos e fundamentos da informação n.º 12347/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: revogar, nos termos do n.º 1 do artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo, a deliberação tomada a 20 de abril de 2026, concedendo o prazo de 15 dias úteis para o requerente requerer a licença e liquidar as taxas devidas, sob pena da caducidade da licença, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, com dispensa de audiência prévia, fundamentada na alínea e) do n.º 1 do artigo 124.º do referido Código.

N.º 32 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (120/EALV/DGT/2025 - 180/EDIF/DGT/2017)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 180/EDIF/DGT/2017, em que são requerentes Alfredo Ribeiro Nunes José e outro, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade da licença de obras de construção de habitação com demolição do preexistente n.º 72/2025, em Murteira, Casal das Amendoeiras, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.º 11227/DGT/2026 e n.º 11281/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

✍

N.º 33 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(37/JUEL/DGT/2024 - 123/EDIF/DGT/2021)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 123/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Brendan James Fowlston, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para alteração e ampliação de um edifício de habitação na Rua Dona Aurora de Macedo, n.ºs 62 a 66, e Rua Dr. Joaquim Jacinto, n.º 115, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.º 2262/DGT/2026 e n.º 2385/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 34 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(14/PROR/DGT/2024 - 187/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 187/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Carlos Manuel de Oliveira Inácio Santos, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de construção de habitação, muro e piscina em Vermoeiros, Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos das informações n.º 13931/DGT/2025 e n.º 13933/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 35 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(109/PROR/DGT/2025 - 444/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 444/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Telmo Estevão Marques Dionísio, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de habitação unifamiliar e muro de vedação confinante com a via pública, em Casal Pontão, Curvaceiras, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos das informações n.º 12870/DGT/2025 e n.º 13276/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal



N.º 36 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(650/JUEL/DGT/2024 - 503/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 503/EDIF/DGT/2022, em que são requerentes Tânia Rute Cotovio Domingos Gonçalves e Bruno Rafael Violante Gonçalves, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de construção de habitação unifamiliar, piscina e muro confinante com a via pública, na Estrada da Barca Nova, Portela, Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos das informações n.º 2321/DGT/2026 e n.º 2331/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 37 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(441/JUEL/DGT/2025 - 513/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 513/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Fernando de Jesus Alberto, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para legalização de obras de reconstrução e ampliação de edificação, no lugar e Freguesia de Olilhas, com alteração de uso para habitação, nos termos e fundamentos das informações n.º 1643/DGT/2026 e n.º 2478/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 38 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(314/JUEL/DGT/2026 - 21/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 21/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Jonathan Bryan Fisher, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da nulidade do despacho de caducidade da licença de obras de construção de habitação unifamiliar, piscina e muro confinante com a via pública, em Ventozel, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e fundamentos do parecer n.º 261/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a nulidade do despacho n.º 5173/DGT/2025, de 17 de dezembro, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, com os fundamentos da alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do mesmo diploma, e aceitar os elementos entregues em sede de audiência prévia dos interessados.



Câmara Municipal

N.º 39 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(1052/JUEL/DGT/2023 - 51/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 51/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Luís Miguel Henriques Correia, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para alteração de habitação unifamiliar, sita na Rua do Lameirão, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.º 15569/DGT/2025 e n.º 51/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 40 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(71/EALV/DGT/2024 - 122/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 122/EDIF/DGT/2023, em que são requerentes Daniel Jorge Costa Alves e Ana Teresa Vicente Figueiredo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para reconstrução e alteração de uma habitação sita na rua Dr. Marcelo Caetano, lugar e Freguesia de Asseiceira, nos termos e fundamentos das informações n.º 11903/DGT/2026 e n.º 11931/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 41 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(992/JUEL/DGT/2023 - 125/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 125/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Constelação Singela, Unipessoal Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio na Rua Infanteria 15, n.ºs 98 a 102, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.º 3592/DGT/2025 e n.º 3617/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

N.º 42 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(361/JUEL/DGT/2024 - 126/EDIF/DGT/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 126/EDIF/DGT/2024, em que são requerentes Linda Packham e Frederick Robert Charles Packham, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para alteração de muro de vedação, com criação de acesso a viatura automóvel para o prédio sito na Rua Dr. Oliveira Salazar, em Santa Cita, Freguesia de Asseiceira, nos termos e fundamentos das informações n.º 2173/DGT/2026 e n.º 4597/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.